

Um relatório da Policia de Vigilancia e Defesa do Estado

referente á sua actuação nos anos de 1932 a 1938

Em Julho do ano passado, o sr. capitão Agostinho Lourenço, director da Policia de Vigilancia e Defesa do Estado, elaborou e apresentou ao sr. ministro do Interior o seu relatório, referente aos anos de 1932 a 1938. Agora, esse trabalho foi publicado numa brochura, recheado de mapas e de gráficos e extraordinariamente minucioso quanto a estatísticas. Ainda que dedicado ás actividades daquela Policia nos Serviços Internacionais e de Emigração, foca, ainda que ao de leve, a acção empreendida no sector politico e social, a propósito da qual diz: «O sossêgo e tranquillidade do País, o desaparecimento da Imprensa clandestina, a impossibilidade em que foram postos os mais conhecidos agitadores de fazerem a sua propaganda de letéria e perigosa, o que permitiu a organização e desenvolvimento dos Sindicatos Nacionais, demonstram que foi muito intensa a acção politica neste sector».

Em 1932, quando da remodelação dos serviços policiaes, «logo se verificou—diz o relatório—que Portugal se havia tornado coto de indesejáveis de todos os países, retro de criminosos internacionais de direito comum, que tranquillamente aguardavam aqui a sua partida para outros destinos. Muitos, porém, seduzidos pelas delicias do clima, haviam-se fixado, e alguns até tinham relações e sociedades comerciais ligados a pessoas de bem, embora as suas cotas fôsem o produto de roubos e burlas cometidas noutros países».

Foi tambem grande a actividade da P. V. D. E., relacionada com a agitação extremista e a guerra que se lhe seguiu, em Espanha.

Em Julho de 1936, ao rehenar a guerra civil, a P. V. D. E. já conhecia, em pormenor, as ligações estabelecidas entre os revolucionarios portugueses de diversas correntes politicas com os seus afins espanhóis. Daí resultou ser-lhe possível tomar a tempo disposições que inutilizaram por completo as manobras tendentes a obter repercussões do conflito no nosso territorio. Os esforços marxistas tornaram-se insistentes. «Todos os nrelos foram postos em acção, desde a Imprensa clandestina aos atentados»—diz o relatório. «Um «comité» com sede em Paris orientava os trabalhos da conjura e fornecia dinheiro para a propaganda que, habilmente feita, atingia varios sectores». Pretendia-se, com isso, vibrar uma punhalada, pelas costas, nas forças do general Franco.

Após uma ofensiva que durou um ano, a P. V. D. E. eliminou ou inutilizou as organizações extremistas portuguesas

Em fins de 1937, a P. V. D. E. desencadeou uma ofensiva contra os organismos revolucionarios em Portugal. Em fins de 1938—diz o relatório—a ofensiva terminava com o aniquilamento de toda a Imprensa clandestina, prisão de orientadores, apreensão de material de guerra, explosivos, etc.. As formações extremistas inutilizadas foram: Organização Comunista do Exército, Socorro Vermelho Internacional, Juventude Comunista, Comissão Internacional, Comissão Comunista Revolucionaria da Armada; celulas em organismos do Estado—todas estas dependentes do partido comunista (III Internacional). Há a acrescentar, além de «formações revolucionarias diversas» as Juventudes Libertarias e a Federação Anarquista da Região Portuguesa—organizações da II Internacional—e a Organização Revolucionaria AAA e as celulas em organismos do Estado, da chamada «Frente Popular».

Foram descobertas, e apreendido todo o seu material, as tipografias dos jornais clandestinos «A Batalha», anarquista, e «Ávante», órgão central do partido comunista; mais uma tipografia clandestina do partido em questão; as sedes clandestinas do «Secretariado do Partido Comunista Português» e da «Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas».

O movimento de formação e existencia de células comunistas pode sintetizar-se assim, sem que os numeros estabeleçam mais do que uma ideia de proporção: 2, em 1930; 3, em 1931; 5, em 1932; 7, em 1933; 8, em 1934; 10, em 1935. A repressão começou e vemos que, em 1936, baixou para 9, desceu a 6 em 1937 e ficam reduzidas a 1, em 1938.

Simultaneamente, fazia-se o saneamento no que respeita a estrangeiros, vendo-se que, dos expulsos, 788 eram espanhóis, 76 italianos, 73 alemães, 67 polacos e 27 russos.

Muitos outros elementos nos fornece o relatório, do qual a falta de espaço nos obriga a dar apenas uma ideia reduzida. Vê-se, por exemplo, que de 1934 a 1938, entraram no nosso País ou por aqui passaram 931.176 estrangeiros. Em Janeiro de 1939, residiam entre nós 21.995, dos quais 12.483 espanhóis, 2.050 ingleses, 2.027 alemães, 1.321 brasileiros, 1.236 franceses e 681 italianos. No entanto, desses 21.995, só 4.717 estavam, em Dezembro de 1938, autorizados a trabalhar em Portugal: — espanhóis, 3.285; ingleses, 345; alemães, 308; 254 italianos e 184 brasileiros.

São curiosos os elementos reveladores de que os emigrantes portugueses para os Estados Unidos estão em pleno movimento de regresso, acentuando-se, tambem, o dos emigrantes que trabalhavam em França.

O relatório informa-nos ainda: «Está em experiencia, na sede, o primeiro emissor de T. S. F., de onda curta, que permitirá a ligação indispensável da Policia portuguesa á «Réde Internacional da Policia», e estão elaborados os trabalhos para a instalação de postos emissores de menor potencia no Porto e em Coimbra, bem como «receptores», em todos os postos de fronteira».

Assembleia Nacional

Começou o estudo da proposta de lei relativa á fiscalização das sociedades por acções 1943

Aberta a sessão, sob a presidência do sr. dr. José Alberto dos Reis, com a presença de 65 deputados, usou da palavra, antes da ordem do dia, o sr. dr. Quarubim Guimarães, que aludiu á II Semana Social que se está realizando em Coimbra. Embora o regime de relações entre o Estado e a Igreja seja o da Separação—mas uma Separação baseada no respeito mútuo dos dois Poderes—este facto não pôde, no entender do orador, ser indiferente ao Estado.

Disse que ali, um escolo intelectual, recrutado na «elite» do Professorado e das lides do espirito, aborda problemas que interessam hoje ao Mundo inteiro—o problema da família, o da propriedade, o do trabalho, o do capital, toda a gama, em suma, de aspectos que a vida pode revestir.

Salientou, por fim, que, nesta transição dum ciclo para outro da Historia, bem seria que se evocasse a tradição cristã, que é a própria razão de ser da nossa existência histórica no tempo e no espaço, se acordassem as consciências e se lançasse á latência detentora da civilização ocidental, o grito de alerta para que detenha de novo a invasão de morte que vem do Oriente.

A ofensiva do ouro estrangeiro e da Maçonaria

Falou depois o sr. dr. Pamplona Perjaz, que se manifestou contra a onda de hostilidade que se nota em certos meios contra o espirito e as realizações do Estado Novo Corporativo.

Essa campanha—disse o orador—que utiliza o jornal, o panfleto, o livro e o boato é devida á influencia e ao dinheiro estrangeiro e ainda aos manejos maçónicos. Notou ainda que a falta de fé alastra mesmo entre certas pessoas afectas á situação e que como teve occasião de verificar junto de alguns jovens, estes estavam perfeitamente ao facto de tudo o que se dizia contra o Estado Novo, ignorando completamente as suas mais belas realizações.

Referindo-se ao Secretariado de Propaganda Nacional, elogiou a sua accção, salientando que a actividade despendida, no estrangeiro, em defesa do prestigio da Nação e do Governo, representa capital que rendeu cem por um. Só os jornais nacionalistas deram publicidade a um documento da Maçonaria que era atentatorio do prestigio e da Independencia da Nação.

Na opinião do orador, trata-se de uma ofensiva paga com dinheiro estrangeiro, e, por isso, declarou ser necessario dar-lhe combate por meio de todos os órgãos, como a «Legião» e a «Mocidade Portuguesa». Terminou por dizer que se o Estado tem gasto importantes verbas com a defesa e o progresso material do País, o deve fazer igualmente em defesa da moral e da politica da Nação.

Entrando-se na ordem do dia, passou-se ao estudo da proposta de lei relativa á fiscalização de sociedades por accções.

A proxima sessão, na segunda-feira, terá a mesma ordem do dia.

CANDIDATOS A AGENTES

da Policia Internacional

e de Defesa do Estado

*Os candidatos que a seguir se indicam e que devem ter sido já notificados, deverão apresentar-se no proximo dia 20 do corrente, pelas 9 horas, sendo portadores da respectiva convocatoria e da caderneta militar, na sede da Policia, na rua Antonio Maria Cardoso, n.º 20:

Manuel Francisco Gomes, Fernando de Almeida Lopes, João Jeronimo Bastos Simão, Fernando do Carmo Pessanha, João Baptista de Almeida, Americo de Jesus Neves, Antonio Augusto Machado e Vasconcelos, Francisco Pinto Camelo, Manuel Joaquim Almeida, Custodio Leitão da Rocha, Alfredo Pereira Pinto do Amaral, José Orlando Teixeira de Lucena, Manuel Angelo Ferreira da Cunha, Heitor Mario Rodrigues, João Estevão da Conceição, Antonio Jaime da Encarnação Campos, Candido Gonçalves Dias, José da Conceição Rosa, José Maria Baptista, Fausto Luis Ferreira, Manuel Tavares Saralva, Manuel Nunes, Ramiro Alexandre Pereira Gonçalves, Manuel da T. Guerra Ribeiro, Carlos Humberto de Barreira Afonso, Humberto dos Santos Alcarve, Fernando José Basto Povoas, Orlando Monteiro Pinto, Gustavo Ferreira de Carvalho, Antonio Augusto Magalhães, José Vilela Leitão, Antonio José Fernandes de Padua Gonçalves, Emano da Costa e Silva Ferrão, Adelino Americo Marçal Neves, Antonio Augusto Durão, Ildelfonso Rodrigues da Rocha, Manuel Gonçalves Bartolomeu, Abel Pereira de Campos, Manuel José de Faria Soares, Manuel José Teixeira de Barros, Amadeu Cardoso Rodrigues, Maximiano Amado, Robi da Silva Pereira, Adriano Pais de Pina, Rodrigo Manuel Pires de Sousa, Mario Acurcio Teixeira, José dos Santos Lopes, João Adriano Pinto Mendonça, Rogerio Saralva dos Santos, Virgilio da Silveira e Costa, Julio Antunes Guerra, José de Ascensão Pina Gomes Prata, Idalino Agostinho da Silva Almeida, Celso Vidal Trindade, João Fernando Pereira de Barros, Manuel José Bento, Manuel Prata Monteiro, Fernando Alberto Ramalho Moutinho, Gentil Garcia Coelho, Manuel Avelar Duarte, Eitel André Vieira, Alberto Armando Magalhães, Alberto da Natividade, Antonio dos Santos André, Francisco Coelho Galrito, Joaquim Valente Fialho, Manuel Laguinha Duarte, Augusto Figueiras, Alberto Moreira da Costa, Elias Pereira Guerra, Delfim da Silva Lagoa, Carlos Alberto de Vasconcelos Araujo e Gama, David Francisco Gaspar de Lima, Eduardo José Correia de Lima Roseira, Fernando Eugenio Augusto Roseira, Humberto Leitão da Rocha, Joaquim Lirio Tavares Dlogo, Antonio dos Santos Pereira, Francisco Vicente de Brito, Antonio José de Lucena Beltrão Laranjeira, Arlindo Coelho Patricio, Alberto de Almeida Coelho, Zeferino Augusto Leite Pedreira, Joselino Candido de Meireles Pereira, Antonio Augusto Magalhães Martins, Joaquim Ribeiro Marques, Antonio Marques Alves, Antonio Coelho de Figueiredo, José de Sousa Correia, Alexandre de Sarmiento Marques Rito, Edmundo Martins Palma, Joaquim José Claudio, José Inacio da Costa, Manuel Patricio, Avelino Maria Dionisio, Antonio Pignateiy Fabião, José Maria Barata, Arnaldo dos Santos Galo, José do Nascimento Galo, Antonio Marcelino Gonçalves, Antonio Augusto Teles Freire, Mario Monteiro, Manuel Antonio Rodrigues, Manuel Afonso Branco, Manuel José, Amandio Gomes Nala, Antonio Barreto Piorro, Manuel Ribeiro Frade, Mario Augusto Neves Rocha, Antonio José Heleno da Costa, Antonio Linhas Rocha, Antonio Nunes, Guilherme Ribeiro Neves, Diamantino Fernandes Pires, Mario Cesar Pedro Ferreira, Manuel Pereira Coelho Gonçalves da Silva, Antero Ribeiro de Carvalho, Gilberto Augusto Freire, Abel Candido Gomes de Mesquita, Castello Alves de Amorim, Zeferino Nobre de Couto, Augusto de Matiz Ferrães, Fernando Lampreia Lopes, Isiro Fernando Monsé de Moura Coutinho de Almeida d'Eça, Antonio Costa de Oliveira e Silva, Amadeu Pires de Barros, Antonio Rego Nogueira, Augusto de Oliveira Meixo, Antonio Ferreira Pais, Fausto Ferreira Ramalho, José dos Santos Robalo, Francisco Antonio Branco de Castro Lopes, Omidio Alvaro Araujo Matos, Manuel Baptista Gaspar, Gilberto Augusto Freire, Agostinho Giraldo Cillero Tienza, Justino Ribeiro de Albuquerque, Antonio Marques Alves, Vicente Crisostomo Infante Capado, Manuel João Mestre.

O SR. MAJOR Perturbações

Botelho Moniz

foi nomeado delegado especial do Ministério da Guerra para a mobilização industrial



Major Botelho Moniz

O sr. subsecretário de Estado da Guerra nomeou, por seu despacho de ontem, delegado especial do Ministério da Guerra para a mobilização industrial o sr. major de artilharia Jorge Botelho Moniz.

Os operarios que abandonem o serviço serão encorporados num batalhão de trabalhadores

Da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra recebemos a comunicação seguinte:

1) Em obediencia ao que se acha legislado sobre mobilização industrial, todas as suspensões de trabalho em quaisquer fábricas devem ser directa e imediatamente comunicadas pelas entidades patronais á Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra.

2) Por ordem do delegado especial do mesmo Ministério, e em cumprimento de instruções superiores, serão imediatamente evacuadas todas as fábricas onde se dêem paralisações de trabalho, e demitido o pessoal que haja abandonado o serviço. As entidades patronais, em seguida ao encerramento, se o Governo não determinar outra coisa, abrirão nova inscrição para admissão de operários em substituição dos demitidos. Em caso algum poderão ser readmitidos os fautores da paragem de trabalho e os culpados de quaisquer desacatos.

3) O pessoal que abandone o serviço, independentemente de sexo, e que, tendo sido preso, não seja de novo admitido ao trabalho, será imediatamente encorporado num batalhão de trabalhadores, subordinado á mais severa disciplina militar. Esse batalhão, devidamente enquadrado será utilizado, exclusivamente, em serviços pesados de interesse público.

4) O delegado especial do Ministério da Guerra para a mobilização industrial mandará fornecer mão de obra militar e da Legião Portuguesa ás fábricas cuja laboração não convenha ser interrompida.

As requisições desta mão de obra devem ser feitas á Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra. Os operários fornecidos por este Ministério terão direito de preferência para efeitos de substituição dos demitidos».

afirma que a ordem publica será mantida implacavelmente

O sr. dr. Mário Pais de Sousa, illustre ministro do Interior, que se tem conservado na sua secretaria para acompanhar de perto a evolução dos acontecimentos, foi ouvido pelo nosso prezado colega «Diário da Manhã», ao qual começou por declarar ter a suspeita de que a maior parte dos operários ignora as razões porque abandonou o trabalho.

Pelo menos — acrescentou — não esboçam sequer explicações razoaveis. Não há reclamações de salários e, de resto, os operários parados, são os que melhor retribuição têm, não só em Lisboa como em todo o País, sem falar nos acréscimos de previdencia social, que na verdade representam efectiva vantagem da situação económica.

(Continuação na 6.ª pág., 3.ª col.)

“Tudo se fará para que a população sofra o menos possível» — disse o sr. major Botelho Moniz ao iniciar as suas funções

— Posso afirmar, desde já, que os serviços indispensáveis á população não-deixarão de manter-se, custe o que custar.

Isto declarou aos jornalistas o sr. major Botelho Moniz ao iniciar as suas funções de delegado especial do Ministério da Guerra para a mobilização industrial, instalando-se no gabinete onde funcionavam os serviços do Protocolo daquela secretaria do Estado. E acrescentou: — Foram tomadas todas as precauções para que os serviços de interesse publico immediato se normalizassem no mais breve espaço de tempo. Assim, a população de Lisboa verificou que, uma hora depois de se ter declarado o abandono do trabalho pelo pessoal que se emprega no fabrico e fornecimento de electricidade, havia energia em toda a cidade. Quer dizer: uma avaria vulgar levaria mais tempo a ser reparada. No Barreiro, o pessoal da C. U. F. manifestou o seu desejo de retomar o trabalho e foram mandados admitir, desde já, os operários da secção de adubos e óleos comestiveis. Os serviços de fiacao aguardam que se apurem as responsabilidades. Tambem já regressaram á actividade os operários da Companhia Colonial de Navegação, da Sociedade Industrial Aliança, do Montijo, e da Fábrica de Lâmpadas Lumiar.

E o sr. major Botelho Moniz concluiu:

— Tudo se fará para que a população sofra o menos possível, com estas perturbações da actividade normal do País. O Ministério da Guerra pôs á disposição dos organismos affectados 10.000 homens. Tudo indica, porém, que não serão utilizados mais de mil.

trabalho

no novo sobre os verificados nos ultimos dias da vida da população, em alguma ou o trabalho, attitude que a lei não permite. Os operários que a adoptarão. Em presença deste facto, as fábricas, com o intuito de reorganizar os seus serviços, já recommençaram a sua actividade (sem esforço, tanto mais que, felixmente, a gravidade. Consigne-se até que os operários declararam, espontaneamente, e foi por isso que o Ministério da Guerra para a mobilização industrial, para publicamos, autorizou a abertura do antigo, desde que este não se desmoronasse. Trata-se, assim, de manter a ordem ao País nesta hora de particular dificuldade e obstáculo, e com a perfeita colaboração dos operários e os embarços nunca soltos.

compenetrem do que a comunidade exige e imponha sanções mais energicas.

Os Operarios da Outra Banda

os operarios stabeleceu a or

se a paralisação nas officinas, antes de se verificarem as complicações levou a dispersar quaisquer ajudas a ordenar que encerrasse as fábricas nos bairros de Santos e de Belem. As medidas de precaução, ainda, os estabelecimentos de ensino exterior até áquella ultima data de Julho e a escola do Conde de Obidos. Na prohibida a permanencia.

AS INSTITUIÇÕES E OS SERVIÇOS

DAS EMPRESAS

DE CARACTER PÚBLICO OU PRIVADO

O «Diário do Governo» publicou ontem o seguinte decreto:

Artigo 1.º—Em vista da preparação da Nação para o tempo de guerra, e com o fim especial de assegurar a prestação de trabalho e o regime da produção que particularmente interessam ao regular atastecimento das forças militares ou do País, a manutenção das condições normais de vida e a defesa da economia nacional, pode o Governo ordenar a organização militar de instituições, serviços ou empresas de carácter publico ou privado.

§ 1.º Consideram-se desde já abrangidas nas disposições deste artigo as instituições, serviços ou empresas cuja actividade vise: a fabricacão ou reparacão de material de guerra ou material de mobilizacão de qualquer natureza e as que possam ser adaptadas áquele fim; a exploracão do serviço de correios e de comunicacões telegraficas, telefonicas, radiotelegraficas ou radiotelefonicas; a exploracão do serviço de transportes terrestres, ferroviarios ou por estrada, aéreos, fluviais e maritimos; a exploracão mineira, designadamente a destinada á extracção do carvão, do ferro e do cobre, bem como o tráfego fluvial ligado á mesma; a produçãõ de energia termo ou hidroelectrica; a exploracão, transformacão ou distribuçãõ de combustiveis liquidos destinados a assegurar o fornecimento da industria em geral ou de transportes publicos de qualquer natureza; a exploracão e serviço dos portos fluviais ou maritimos, especialmente no que respeita á carga e descarga de navios e á construcção, conservacão e reparacão de navios nos arsenais, estaleiros e oficinas navais; a exploracão de industrias quimicas, especialmente as destinadas á produçãõ de explosivos e adubos quimicos; a fabricacão de produtos alimentares, em especial a moagem e a panificacão.

§ 2.º—Além das actividades enumeradas no parágrafo antecedente, o Conselho de Ministros determinará de futuro aquellas que hão-de submeter-se ao regime instituido no presente decreto.

A organizacão será feita em brigadas, constituídas em batallhões em numero variavel

Art. 2.º—A organizacão militar das instituições, serviços ou empresas abrangidos no artigo anterior será em regra feita em brigadas, constituídas estas por batallhões em numero variavel conforme a sua extensão e importancia.

des militares mobilizadas ou expedicionarias e mandar incorporar nas companhias ou depositos disciplinares metropolitanos e coloniais os matriculados ou relacionados das brigadas que faltem á convocacão ou abandonem o trabalho sem motivo justificado, bem como aquelles que por motivo disciplinar convenha afastar do serviço das brigadas.

Único—Quando se trate de menores ou de individuos do sexo feminino as penas applicadas serão cumpridas em casas de correcçãõ apropriadas.

Art. 8.º—O pessoal inscrito nas brigadas não é dispensado da obrigacão de prestacão normal do serviço militar, mas o ministro da Guerra poderá, após a escola de recrutas, autorizar a antecipaçãõ da passagem á disponibilidade dos matriculados que exerçam funções de natureza técnica ou sejam operários especializados, desde que o seu afastamento prejudique o regular desenvolvimento do trabalho ou da produçãõ dos mesmos organismos. Quando tenha sido determinada a mobilizacão das bri-

*poderão ser
organizados
militarmente
se isso interessar
á vida nacional*

Art. 14.º—O uso publico dos serviços de comunicacões, de relacão e de transporte de qualquer natureza fica sujeito ás contingencias e restricções que possam resultar da prioridade atribuida ao tráfego official relacionado com a defesa do País.

Art. 15.º—Em caso de guerra declarada ou iminente ou em caso de grave emergencia o ministro da Guerra, mediante autorizacão do Presidente do Conselho, poderá determinar em todo o País ou em parte d'ele, a censura á correspondencia postal e ás comunicacões telegraficas, telefonicas, radiotelegraficas e radiotelefonicas. A censura pode ficar sob a direcção das autoridades militares ou das autoridades policiaes; mas em directa ligacão com o Ministerio da Guerra. Para efeito do disposto neste artigo a autoridade militar poderá estabelecer regras especiais quanto á redacção, á forma e á lingua utilizadas nas comunicacões postais ou nas telecomunicacões e determinar a apreensão, retencão, suspensão ou interrupçãõ daquellas que não obedeçam ás regras determinadas.

Art. 16.º—Os organismos abrangidos pelo presente diploma são obrigados a admitir, para estagio ou prática nos seus serviços, o pessoal militar das tropas de engenharia e o pessoal da armada determinados pelas necessidades da sua instrucção tecnica. As regras de serviço a observar por esse pessoal, durante os estagios serão estabelecidas por accordo entre as autoridades militares e as administrações ou direcções dos organismos citados, tendo em atençãõ a conveniencia de não prejudicar a organizacão interna ou a capacidade de exploracão destes.

Art. 17.º—A organizacão e a mobilizacão militares das actividades a que seja applicado o regime deste decreto poderão ser feitas, quando o Governo, julgar conveniente, por intermédio da Legacão Portuguesa, tendo-se simultaneamente em vista a execuçãõ das prescrições da lei sobre a Defesa Civil do Territorio.

Art. 18.º—Das instituições, serviços ou empresas abrangidos pelo artigo 1.º serão organizados pelo Ministerio da Marinha os de natureza essencialmente naval ou maritima, sem prejuizo das disposições especiais do decreto-lei n.º 32.445, de 24 de Novembro de 1942, respeitante ás reservas de marinha.

Art. 19.º—As disposições do presente diploma serão executadas dentro dos limites da respectiva jurisdicção, por portaria do ministro da Guerra ou da Marinha. As duvidas suscitadas na sua applicaçãõ serão resolvidas por despacho do Presidente do Conselho.

de determinação e mobilização das unidades militares. Quando forem necessários, os serviços de mobilização de guerra deverão ser organizados de modo a assegurar a mobilização das unidades militares. Quando forem necessários, os serviços de mobilização de guerra deverão ser organizados de modo a assegurar a mobilização das unidades militares.

Art. 15.—Em caso de guerra declarada ou imminente ou em caso de grave emergência o ministro da Guerra, mediante a aprovação do Conselho, poderá determinar em todo o País ou em parte dele, a censura a correspondência postal e a comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica.

Art. 16.—O uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica, de modo a assegurar a mobilização das unidades militares, poderá ser limitado ou suspenso em todo o País ou em parte dele, quando a mobilização das unidades militares exigir a suspensão do uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica.

Art. 17.—O uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica, de modo a assegurar a mobilização das unidades militares, poderá ser limitado ou suspenso em todo o País ou em parte dele, quando a mobilização das unidades militares exigir a suspensão do uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica.

Art. 18.—O uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica, de modo a assegurar a mobilização das unidades militares, poderá ser limitado ou suspenso em todo o País ou em parte dele, quando a mobilização das unidades militares exigir a suspensão do uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica.

Art. 19.—O uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica, de modo a assegurar a mobilização das unidades militares, poderá ser limitado ou suspenso em todo o País ou em parte dele, quando a mobilização das unidades militares exigir a suspensão do uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica.

Art. 20.—O uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica, de modo a assegurar a mobilização das unidades militares, poderá ser limitado ou suspenso em todo o País ou em parte dele, quando a mobilização das unidades militares exigir a suspensão do uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica.

Artes Decorativas

Apresenta uma interessante coleção de molduras de arte e bom gosto, originais e modernas. Rua do Ouro.

VIDA ARTISTICA

A exposição postuma do pintor Dominguez Alvarez foi ontem visitada pelo sr. Presidente da Republica

A exposição postuma de trabalhos do pintor Dominguez Alvarez, organizada pelo Instituto para a Alta Cultura, e patente na Sociedade Nacional de Belas Artes, recebeu ontem a visita do sr. Presidente da Republica.

O Chefe de Estado, que chegou acompanhado dos srs. general Amílcar Mota, comandante Silva Montenegro e dr. Oscar Carmona Silva e Costa, foi recebido pelos srs. profs. drs. Gustavo Cordeiro Ramos, presidente daquele Instituto, e Amandio Tavares; drs. João Couto e Medeiros Gouveia e, ainda, pelos srs. coronel Ressaio Garcia e dr. João Valerio, da Sociedade de Belas Artes; Moreira Fernandes, etc.

O sr. general Carmona, após a visita, retirou-se, com palavras de felicitação para o Instituto de Alta Cultura e para as comissões organizadora e executiva da exposição.

Uma exposição de trabalhos da pintora Hélène de Beauvoir, no S. P. N.

No estudio do Secretariado da Propaganda Nacional será inaugurada depois de amanhã, ás 16 horas, uma exposição de trabalhos da pintora Hélène de Beauvoir.

Art. 21.—O uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica, de modo a assegurar a mobilização das unidades militares, poderá ser limitado ou suspenso em todo o País ou em parte dele, quando a mobilização das unidades militares exigir a suspensão do uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica.

Art. 22.—O uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica, de modo a assegurar a mobilização das unidades militares, poderá ser limitado ou suspenso em todo o País ou em parte dele, quando a mobilização das unidades militares exigir a suspensão do uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica.

Art. 23.—O uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica, de modo a assegurar a mobilização das unidades militares, poderá ser limitado ou suspenso em todo o País ou em parte dele, quando a mobilização das unidades militares exigir a suspensão do uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica.

Art. 24.—O uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica, de modo a assegurar a mobilização das unidades militares, poderá ser limitado ou suspenso em todo o País ou em parte dele, quando a mobilização das unidades militares exigir a suspensão do uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica.

Art. 25.—O uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica, de modo a assegurar a mobilização das unidades militares, poderá ser limitado ou suspenso em todo o País ou em parte dele, quando a mobilização das unidades militares exigir a suspensão do uso público dos serviços de comunicação postal e de comunicação telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica.

A firma da rua dos Banqueiros, 223, acusada de especulação na venda de azendas, depositou 80 contos que lhe foram arbitrados como fiança pelo tribunal. Por especulação com aguaraz, o processo o gerente da drogaria da rua da Prata, 206.

Foi, também, ordenada a prisão de comerciantes da provincia. Alguns processos instaurados revestem-se de gravidade. Uma empresa de Vacão do Norte, é acusada de delito contra a economia por ter sido verificado que o combustível utilizado nas viaturas continha azeite.

Nos concelhos da Chamusca, Mação e Abrantes foram processados 34 proprietários e comerciantes. Entre os primeiros figuram João Maria Resa e Manuel Pratas Lopes, que venderam alguns milhares de quilos de milho, assambarcados (falta de manifesto), por preço exagerado. Pelo mesmo motivo foi processado o negociante Ernesto Justino, do mesmo concelho. O negociante João Maria da Silva, também da Chamusca, vendeu 12 toneladas de sal a 80 centavos o litro obtendo um lucro exagerado. A comerciante Maria Gomes de Sá vendia tripa secca com flocos que nalguns casos atingiam quasi 50 por cento. No Pôrto e arredores foram enviados ao tribunal mais 16 comerciantes.

Os industriais de sapataria que praticam qualquer aumento nos consertos de calçado estão sujeitos a procedimento policial.

Um chouriço que pesava mais de 50 gramas ficou reduzido a 10

ORDEM

e coesão

Os acontecimentos anormais registados nos últimos dois dias são de molde a dar que pensar. Impõem uma reflexão e uma ponderação imparciais, que permitam escalar e compreendê-los em toda a sua extensão e significação. Filiam-se elles, aparentemente, em duras deficiências notadas no abastecimento publico, em irregularidades na distribuição dos géneros mais essenciais à vida, no quasi desaparecimento de géneros indispensaveis á alimentação publica. Não há nenhum interesse em negar que há nessas queixas um fundo de verdade. O próprio Governo o tem feito sentir, ao mesmo tempo que tem empregado todos os esforços para remediar as carencias manifestadas e impedir que os efeitos e as repercussões por elas motivadas se agravem inexoravelmente.

Nem tudo, porém, quanto os homens desejam e querem está dentro das suas possibilidades alcançá-lo. Acima dessa vontade há sempre uma dose tal de impossibilidades que não há energia, nem espirito de sacrificio, nem clarividencia capazes de a anular. As fontes de abastecimento ao dispôr do País enfraqueceram-se ou por virtude de colheitas e produções insufficientes ou por se terem fechado as estradas internacionais por onde nos chegava aquilo que no próprio solo não se produzia. Empregaram-se todos os meios, mobilizaram-se todos os recursos, fez-se quanto era possível que se fizesse para neutralizar as consequencias provenientes de uma situação que a todos atingia e que provocava mal estar e instabilidade em certas classes, mais atingidas pelos males inevitaveis de que tôdas mais ou menos sofriam.

Mas, quando se tem de lutar contra circumstancias que não se criam, que desabam sobre as nacionalidades com um péso tal que por ninguém pode ser atenuado, não há remédio senão enfrentar as provações correspondentes. É preciso ter paciencia e coragem. É absolutamente necessário saber dominar pela serenidade o que se apresenta aggressivo e doloroso. Essa tem sido a politica do Governo. Não se adoptou a fácil attitude dos braços cruzados. Não se entrincheirou ninguém numa indiferença que deixasse correr tudo á revelia. O que não existia cá em casa procurou-se lá fora. E o que pôde adquirir-se adquiriu-se e distribuiu-se, fazendo-o chegar o mais longe possível.

É evidente que, num periodo assim agudo e difficil, tudo teve de sofrer alterações, modificações, novas fórmulas de actuação, adaptações nem sempre acollidas com comprehensão

res, que se deixam arrastar, sem esboçarem explicações razoaveis, sem reclamarem aumentos de salários, conforme o acentuou o sr. ministro do Interior, numa entrevista concedida ao «Diário da Manhã», para attitudes que não podem ser consentidas, tamanhos são os prejuizos de toda a ordem que elas trazem consigo.

Fez o sr. dr. Pais de Sousa sentir que não se tratava de uma greve monstro, á maneira antiga. Mas não se dispensou de dizer que, se actividades sem grande incidencia na economia nacional tinham sido atingidas, outras, de importancia primordial e fundamental, haviam sofrido paralisações graves. As construções navais em curso estavam no numero das ultimas. O tempo por que elas tiveram de ser interrompidas era precioso. Atrasou o abastecimento do País em productos essenciaes para a sua produção agricola. Rarefez trabalhos que convinha intensificar o mais possível. Para os delinquentes, para os que fôrem reconhecidos como provocadores e fomentadores dos factos anormais averiguados, annunciou o sr. ministro do Interior os rigores da lei e o péso de uma disciplina, que nesta hora congestionada de preoccupações de toda a natureza não pode sofrer distensões capazes de irremediavelmente a comprometer.

Não é restringindo os meios de se produzirem os bens de consumo indispensaveis nem os de os alcançar que se resolvem os problemas em decurso. Acrescentou o sr. dr. Pais de Sousa. É trabalhando cada vez mais. É aguardando perante as difficuldades que lanceiam a Nação a serena coragem e a forte energia que vencem todos os obstáculos e dignificam quem sabe usar delas. A Nação é um agregado de interesses e de valores que a todos pertencem. Não são desta nem daquela classe, mas de tôdas as classes. Por isso mesmo, tôdas elas têm de concorrer para a sua salvaguarda, para a sua defesa, para a sua manutenção, tão integra quanto possível. Perturbar a harmonia que deve ligar esses interesses e esses valores entre si num momento histórico em que tudo se apresenta convulsionado é acto de tal insensatez que a todos os patriotas deve repugnar. A serenidade colectiva perturbou-se. Urge restabelecê-la. Disso se incumbirá o Governo. Disso se encarregarão todos quantos se compenetrarem de que só na paz e na ordem podem vencer-se as crises que nos afligem e que, para bem de todos, bem menos cruciantes são do que aquelas com que lutam outros povos, bem mais infelizes e desgraçados do que o povo português.

É como a explicação dos alimentos, para a alimentação e higiene e a produção de alimentos.

prto Governo o tem feito sentir, ao mesmo tempo que tem empregado todos os esforços para remediar as carencias manifestadas e impedir que os efeitos e as repercussões por elas motivadas se agravem inexoravelmente.

Nem tudo, porém, quanto os homens desejam e querem está dentro das suas possibilidades alcançá-lo. Acima d'essa vontade há sempre uma dose tal de impossibilidades que não há energia, nem espirito de sacrificio, nem clarividencia capazes de a anular. As fontes de abastecimento ao dispór do País enfraqueceram-se ou por virtude de colheitas e produções insufficientes ou por se terem fechado as estradas internacionais por onde nos chegava aquilo que no próprio solo não se produzia. Empregaram-se todos os meios, mobilizaram-se todos os recursos, fez-se quanto era possível que se fizesse para neutralizar as consequencias provenientes de uma situação que a todos atingia e que provocava mal estar e instabilidade em certas classes, mais atingidas pelos males inevitaveis de que tódas mais ou menos sofriam.

Mas, quando se tem de lutar contra circunstancias que não se criam, que desabam sôbre as nacionalidades com um péso tal que por ninguém pode ser atenuado, não há remédio senão enfrentar as provações correspondentes. É preciso ter paciencia e coragem. É absolutamente necessário saber dominar pela serenidade o que se apresenta aggressivo e doloroso. Essa tem sido a politica do Governo. Não se adoptou a fácil attitude dos braços cruzados. Não se enrincheirou ninguém numa indiferença que deixasse correr tudo á revelia. O que não existia cá em casa procurou-se lá fora. E o que pôde adquirir-se adquiriu-se e distribuiu-se, fazendo-o chegar o mais longe possível.

É evidente que, num periodo assim agudo e difficil, tudo teve de sofrer alterações, modificações, novas fórmulas de actuação, adaptações nem sempre acolhidas com comprehensiva confiança. A tarefa máxima de abastecer a população teve de obedecer a regras novas e de imperativa necessidade. Foi preciso recorrer ás restrições, a-fim-de fazer chegar ao maior numero o que havia; o que se conseguia alcançar, aqueles produtos que o País nunca forneceu em quantidades suficientes, como o arroz e o azeite, e outros que nos vinham de fora, como o bacalhau e o açúcar. Era a politica dos sacrificios aplicada o mais equitativamente que se podia. É ainda essa politica que tem de continuar, por ser a unica de que pode esperar-se o equilibrio em que todos podem viver sem sofrerem privações irremediaveis e irreparaveis.

Se o solo metropolitano nunca abasteceu a sua população convenientemente, se, exceptuando vários anos anormais, a terra portuguesa jámais criou o trigo com que se havia de fabricar o pão para quantos a habitavam, não é de aceitar que se pretenda viver, numa época excepcional como esta, numa abastança que outrora só se desfrutava á custa de importações, hoje incertas e difficilimas. Isto tóda a gente bem intencionada o vê. Todos os que não se deixam cegar por paixões ou desvarios o podem reconhecer. Andará essa verdade fundamental no espirito de todos, sem exceptuar aqueles mesmos que mais protestam e mais clamam por uma normalidade impossivel de alcançar. Essa normalidade já seria quasi hypothetica, se o ano agricola tivesse decorrido bem. Mas não decorreu. E assim agravou-se um estado económico cuja frágil resistencia é mais do que evidente.

Se os factos são, mais ou menos, os que ficam apontados, se estamos em frente de consequencias de acontecimentos e de circunstancias que não podem ser jugulados nem modificados radicalmente, se esses factos podem ser geralmente verificados, estudados e reconhecidos, a que vem uma agitação como a que nos ultimos dois dias se tem revelado e que não pode ser justificada nem explicada por um agravamento de males, de contrariedades ou de sofrimentos, inesperado e abrupto? Se as causas do desassossego que surpreendeu o País não estão num exacerbamento de provações já experimentadas, é intelligente e indispensavel ir procurá-las noutras origens. Quais? Só uma baixa politica, que tudo pretenda baralhar e prejudicar, que tente levar o receio e a confusão até aos travejamentos sociais mais sólidos, pode dar-nos a chave de um enigma, á primeira vista indecifrável.

O boato estúpido e sem a minima consistencia, que nos periodos perturbados aparece sempre, exerce a sua influencia e os seus desgraçados efeitos. Mistura-se uma questão económica delicada, para cujas soluções não há esforços que não se empreguem, com intuitos de subversão clarissimos. E há espiritos fracos, homens habituados ao trabalho e honestos, operários cumpridores dos seus deveres,

navais em curso estavam no numero das ultimas. O tempo por que elas tiveram de ser interrompidas era precioso. Atrasou o abastecimento do País em produtos essenciais para a sua produção agricola. Rarefez trabalhos que convinha intensificar o mais possível. Para os delinquentes, para os que forem reconhecidos como provocadores e fomentadores dos factos anormais averiguados, anunciou o sr. ministro do Interior os rigores da lei e o péso de uma disciplina, que nesta hora congestionada de preocupações de tóda a natureza não pode sofrer distensões capazes de irremediavelmente a comprometer.

Não é restringindo os meios de se produzirem os bens de consumo indispensaveis nem os de os alcançar que se resolvem os problemas em decurso. acrescentou o sr. dr. Pais de Sousa. É trabalhando cada vez mais. É aguardando perante as dificuldades que alanceiam a Nação a serena coragem e a forte energia que vencem todos os obstáculos e dignificam quem sabe usar delas. A Nação é um agregado de interesses e de valores que a todos pertencem. Não são desta nem daquela classe, mas de tódas as classes. Por isso mesmo, tódas elas têm de concorrer para a sua salvaguarda, para a sua defesa, para a sua manutenção, tão integra quanto possível. Perturbar a harmonia que deve ligar esses interesses e esses valores entre si num momento histórico em que tudo se apresenta convulsionado é acto de tal insensatez que a todos os patriotas deve repugnar. A serenidade colectiva perturbou-se. Urge restabelecê-la. Disso se incumbirá o Governo. Disso se encarregarão todos quantos se compenetrarem de que só na paz e na ordem podem vencer-se as crises que nos affligem e que, para bem de todos, bem menos cruciantes são do que aquelas com que lutam outros povos, bem mais infelizes e desgraçados do que o povo portugues.

As perturbações no trabalho

(Continuado da 1.ª página)

Nos escritórios dos estaleiros da C. U. F., assinada pelo sr. eng. Sá Noqueira, administrador geral do Porto de Lisboa, foi afixada uma ordem de serviço, com a seguinte redacção:

1.º—Fica sujeito ao fôro militar e às disposições do Regulamento de Disciplina Militar, na parte aplicável, o pessoal do estaleiro naval, a partir desta data.

2.º—Fica o pessoal, em consequência do estabelecido no numero anterior, subordinado ao Governo Militar de Lisboa, para efeitos da applicação do Regulamento de Disciplina Militar e do Código de Justiça Militar, os quais lhes serão applicáveis, tanto por factos cometidos no serviço especial como por infracções disciplinares.

3.º—O pessoal que abandonar o serviço de que estiver incumbido ou que, estando apenas inscrito no serviço, não se apresentar a trabalhar até às 9 e 30 comete o crime de deserção nos prazos fixados para o tempo de guerra»

Na fábrica do gás o pessoal não trabalhou, pelo que o abastecimento da cidade foi prejudicado

O incidente de maior relevo que ontem se registou, ocorreu na fábrica do gás, ao Bom Sucesso, onde o pessoal trabalha por turnos. O da manhã entrou ali, mas conservou-se paralisado. Não houve, porém, qualquer atentado á disciplina, nem sabotagem.

A vila do Barreiro

foi ocupada militarmente, e voltaram ao trabalho os operários da Sul e Sueste

No Barreiro continuaram ontem paralisados os serviços nas fabricas da C. U. F., Rubo, Ferreira Felpe, Lda., dr. Rui de Carvalho & C., Herold & C., Barreras, Jacinto Nicola, Francisco Beja e Cabrita. Os operários das officinas dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, que antontem, após o almôço, voltaram ás officinas, mas não trabalharam, reconheceram a sua actividade pouco depois, e em em apresentaram-se com disciplina e ordem nas suas occupaões, demonstrando ter compreendido o que a Nação deles reclama, nesta hora de sacrificios.

A força armada da vila foi aumentada com destacamentos militares de Beja, Evora, Vendas Novas, Estremoz, etc., assumindo o comando militar do Barreiro o sr. major Cortez Lobão, que determinou a suspensão de garantias e o encerramento de cafés, leitarias e a prohibição do transitio nas ruas depois das 23 horas.

O pessoal das fabricas de cortiça da Vila será despedido e ás emprezas autorizadas a abrir inscrições para admissão de outro. Para isso, será hoje afixado um aviso á porta de cada fabrica, determinando-se que o pessoal é despedido e feita nova inscrição de trabalhadores, os quais têm de apresentar-se ao trabalho ás 8 horas. A inscrição pode fazer-se hoje, das 8 ás 17 horas.

A Companhia União Fabril abre hoje inscrição para novo pessoal das suas fabricas

Num dos portões das fabricas da Companhia União Fabril foi afixado o seguinte aviso:

«Por ordem superior, estão encerradas estas fabricas, devendo todo o pessoal que abandonou o trabalho considerar-se demetido. Aceita-se, a partir de amanhã, nova inscrição de pessoal, das 9 ás 12 horas (fabricas de oleos e adubos), consideradas mais necessarias. Até completa reorganização do serviços, vai ser assegurada a laboração por meio de mão de obra militar.

tos Corticeiros, que têm um total de 1.500 operários.

As 16 horas, as respectivas gerencias receberam ordem do sr. subsecretário das Corporações, para afixarem avisos, comunicando o encerramento das fabricas por tempo indeterminado.

As declarações do sr. ministro do Interior

(Continuado da 1.ª página)

Informou, depois, que a paralisação do trabalho se limita aos estaleiros da C. U. F. em Lisboa e, no Barreiro, aos da casa Argibay, a algumas fabricas corticeiras de Almada e do Seixal e a uma outra fabrica de menos monta, também na outra margem do Tejo. Isto é, abrange alguns trabalhos dispensaveis transitóriamente ao menos; mas abrange também outros que são fundamentais para a economia nacional.

A attitude do Governo será, por consequencia, diversa, embora igualmente vigorosa—afirmou.

Explicou, então, o sr. ministro as medidas adoptadas: evacuação e encerramento das fabricas onde se registarem incidentes, substituição dos operários pela mão de obra militar e legionária, e sanções que constam do communicado do Ministério da Guerra que ontem publicamos.

—O País pode ter a certeza—acrescentou—de que será defendido contra todos os maneios, sejam de que natureza forem. E embora a ordem publica não tenha sido alterada, importa não esquecer que será mantida implacavelmente.

O atraso que o que se passa acarreta á economia nacional

Em seguida, para mostrar os inconvenientes que a estranha attitude de uma parte do operariado de Lisboa e da outra margem do Tejo acarreta á economia nacional, disse que nos estaleiros da C. U. F. e da Argibay se encontram em acabamento de fabrico quatro navios, o «Cubango», o «Pero de Alenquer», o «Luso» e o «Alferrarede». Um destes barcos deveria sair no ultimo dia deste mês, os restantes nos primeiros dias de Agosto. Iriam carregar fosforites para a agricultura e productos alimentares da Africa e da America do Norte. Cada dia de atraso é de perda de condições de trabalho ou de valor para o reabastecimento do País, pois o tempo que se perde não se recupera.

—Sem aquelas matérias primas—continuoou o sr. dr. Pais de Sousa—podem comprometer-se as sementeiras do próximo Outono, o que vale a dizer as condições de trabalho e vida da maior parte do País, a produção agricola do próximo ano e, portanto, o abastecimento da população em productos da terra. Independentemente destas circunstancias especiais, a demora da saída dos barcos, que deveriam transportar trigo ou carvão, traduz-se numa redução de quantidades disponiveis para o abastecimento, porque ao fim do ano o País terá á sua disposição, a menos, a parte correspondente ao tempo perdido. Eis porque a attitude destes homens, que abandonaram o trabalho em tais condições, equivale a negar a sua contribuição para o bem comum ou a quebrar aquella solidariedade de esforços fora da qual se não vê salvacão. Pelo contrario:—o que é preciso é trabalhar mais, produzir mais e melhor, numa intensidade compativel com

on em apies. Não se cun discipina e ordem nas suas occupaões, demonstrando ter comprehendido o que a Nação deles reclama, nesta hora de sacrificios.

A força armada da vila foi augmentada com destacamentos militares de Beja, Évora, Vendas Novas, Estremoz, etc., assumindo o comando militar do Barreiro o sr. major Cortez Lobão, que determinou a suspensão de garantias e o encerramento de cafés, leitarias e a proibição do transito nas ruas depois das 23 horas.

O pessoal das fábricas de cortiça da vila será despedido e as emprezas autorizadas a abrir inscrições para admissão de outro. Para isso, será hoje afixado um aviso á porta de cada fábrica, determinando-se que o pessoal é despedido e feita nova inscrição de trabalhadores, os quais têm de apresentar-se ao trabalho ás 8 horas. A inscrição pode fazer-se hoje, das 8 ás 17 horas.

A Companhia União Fabril abre hoje inscrição para novo pessoal das suas fábricas

Num dos portões das fabricas da Companhia União Fabril foi afixado o seguinte aviso:

«Por ordem superior, estão encerradas estas fabricas, devendo todo o pessoal que abandonou o trabalho considerar-se demetido. Aceita-se, a partir de amanhã, nova inscrição de pessoal, das 9 ás 12 horas (fabricas de oleos e adubos), consideradas mais necessarias. Até completa reorganização do serviços, vai ser assegurada a laboração por meio de mão de obra militar.

«Estão a pagamento, a partir de amanhã, os salarios do pessoal, referentes á semana finda ontem, e pela seguinte ordem: sexta-feira, das 13 ás 14 horas, as secções de acidos, sulfatos de cobre, metalurgia, extrato de cobre, tritagem, serração; das 14 ás 15, enxofre, sabão, glicerina, pintura, Tabaqueira, sulfato de ferro, sulfato de sodio, carburato de soda, recuperação de nitrato recuperação de cobre, lavanderia, despensa e moagem de trigo; das 15 ás 16, carpenteria, boieiros e carroceiros, tanoeira e oxigenio; das 16 ás 17, obras e extracção; no sabado, das 13 ás 14 horas, cais e vias ferreas; das 14 ás 15, secção de oleos; das 15 ás 16, despesas gerais, assistencia social, vigilancia, sulfureto, laminagem, chumbeiros, carvão de coque, metalurgia ouro e prata e central electrica; das 16 ás 17, officina electrica, adubos, bolas de carvão e barro operario; segunda-feira, das 13 ás 14 horas, officinas de construcção metalica; das 14 ás 15 horas, officina de fundição».

Procura-se resolver o problema do racionamento dos principais generos no Barreiro

O sr. Joaquim José Fernandes, presidente da Camara Municipal do Barreiro, tem procurado estabelecer normalmente um sistema de racionamento, para o que publicou no devido tempo, um edital em que fazia saber que havia necessidade de regular o abastecimento de certos generos á população do concelho e evitar abusos tendentes a fazer sair do concelho mercadorias. Criou, por isso, cadernetas de abastecimento, para varios artigos. Para Agosto, foi estabelecido o seguinte racionamento: arroz, 50 gramas; sabão, 75; açucar, 200; massas, 100; e bacalhau, 50—tudo por pessoa e por semana.

As quantidades não são abundantes, como se verifica, mas procura-se, no entanto, servir toda a população, mercê do sistema de racionamento, que não permite que a mesma pessoa se abasteça varias vezes no mesmo dia, com prejuizo das que não conseguem, por isso, encontrar generos necessarios para a sua alimentação. Faltam o azeite e o oleo. Encontra-se, todavia, pão com regularidade, assim como carne e peixe. A carne está tabelada, mas o preço do peixe oscila, conforme a abundancia no mercado. Tem havido carvão. O petroleo faltou, mas ultimamente tem apparecido algum nos estabelecimentos. A batata está tabelada ali a 1\$20 o quilo. O artigo, porém, escassa por vezes. O contingente de algumas das mercadorias para o concelho, tem diminuido ultimamente.

Noutros locais da Outra Banda tudo decorreu tranquilamente,

Não houve ontem qualquer alteração de ordem em Almada, Cova da Piedade, Cacilhas e Caramujo, cujas ruas continuam patrulhadas pela G. N. R. e pela Policia. Uma fôrça da Policia entrou nas dependencias das officinas navais da casa Parry & Son, em Cacilhas e prendeu operários que ali se conservavam parados. Embarcaram no «gasolma» «Renascença», que os conduziu ao forte de Caxias. Mais tarde, tiveram o mesmo destino outros operários dos estaleiros da Companhia Portuguesa de Pesca., no Olho de Boi. Estas prisões efectuaram-se sem o minimo incidente.

Na Amora, parou ás 13 horas, de antontem o trabalho nas fabricas de cortiça de Mundet & C., Ltd., e Produ-

ventes que a estranha attitude de uma parte do operariado de Lisboa e da outra margem do Tejo acarreta á economia nacional, disse que nos estaleiros da C. U. F. e da Argibay se encontram em acabamento de fabrico quatro navios, o «Cubango», o «Pero de Alienquer», o «Luso» e o «Alferrade». Um destes barcos deveria sair no ultimo dia deste mês, os restantes nos primeiros dias de Agosto. Iriam carregar fosforites para a agricultura e productos alimentares da Africa e da America do Norte. Cada dia de atraso é de perda de condições de trabalho ou de valor para o reabastecimento do Pais, pois o tempo que se perde não se recupera.

—Sem aquelas matérias primas— continuou o sr. dr. Pais de Sousa— podem comprometer-se as sementeras do próximo Outono, o que vale a dizer as condições de trabalho e vida da maior parte do Pais, a producção agricola do próximo ano e, portanto, o abastecimento da população em productos da terra. Independentemente destas circunstancias especiais, a demora da saída dos barcos, que deveriam transportar trigo ou carvão, traduz-se numa redução de quantidades disponiveis para o abastecimento, porque ao fim do ano o Pais terá á sua disposição, a menos, a parte correspondente ao tempo perdido. Eis porque a attitude destes homens, que abandonaram o trabalho em tais condições, equivale a negar a sua contribuição para o bem comum ou a quebrar aquella solidariedade de esforços fora da qual se não vê salvacão. Pelo contrario:—o que é preciso é trabalhar mais, produzir mais e melhor, numa intensidade compativel com a saúde e as forças de cada um.

E as declarações do sr. ministro do Interior terminam assim:

—Pretendem utilizar maior soma de bens de consumo, mas inutilizam ou diminuem os meios que ainda restam á nossa disposição para isso. É evidente, porém, que se não querem contribuir para o sustento da comunidade, não hão-de pretender que se produza para elles consumirem estando inactivos.

Agencia de D. Miguel

ponte da Parcaria uma secção de metalhadores da G. N. R., que tomou as operações, se restabeleceu alguma calma. Os operários que se mantinham de braços caídos na fábrica de moagem de Caramujo foram desalojados pela autoridade. Foram presas numerosas mulheres que deram entrada nos quartéis da G. N. R., na esquadra da Polícia e no posto da Guarda Fiscal.

Durante a noite houve rigoroso serviço de patrulhas.

Em certa altura, compareceram junto dos estaleiros da C. U. F. alguns carros celulares. As autoridades prenderam os operários que se recusavam a trabalhar e, sem perturbação nem protestos, conduziram-nos para o forte de Caxias. O pessoal que se encontrava nos barcos atracados á doca, permaneceu ali até ás 18 horas, sem que se verificasse qualquer novidade, e os estivadores continuaram trabalhando, indifferentes aos successos.

Camionetas da P. S. P., com reforços, circulavam pelas ruas ou paravam nos cruzamentos.

Os empregados dos «eléctricos» mantiveram-se no trabalho, embora alguns carros fôsem apedrejados

As mulheres dos operários é que provocaram incidentes. Pretendiam que o pessoal da Carné aderisse ao movimento. Assim, dezenas delas, que numa incoscienza espantosa levavam consigo os filhos menores, espalharam-se pela avenida 24 de Junho, Jardim da Rocha, Pampulha, Parada dos Marinheiros, Necessidades, Alcantara, Calvario, calçada da Ajuda, em alta grita.

No meio de gritaria infernal, as que apareceram na Parada dos Marinheiros, levavam debaixo dos aventais pedras que, num gesto condenavel, atiravam aos carros eléctricos, partindo os vidros a um deles que se dirigia a Santo Amaro, e do qual ficaram feridos alguns passageiros, que nada tinham que ver com o motim. Compareceu a Polícia, que dispersou o grupo das exaltadas.

No largo de Alcantara e na calçada da Tapada estacionavam forças de Polícia, que mantiveram a ordem. No largo do Calvario, um grupo de mulheres provocou disturbios, tendo sido presas duas delas por desobediencia. Entretanto, da esquadra de Alcantara, saiu um piquete, que dispersou o mulhierio, na sua maioria raparigas.

Em frente á estação de Santo Amaro juntaram-se muitas mulheres que a Polícia pôs em debandada.

Ao fim da tarde, a ordem era completa.

Grupos numerosos apedrejaram os portões da Fábrica de Chocolates Regina, na rua Sá de Miranda, a Santo Amaro. A Polícia dispersou-os, saindo os operários daquela fábrica e cessando as manifestações. O edificio ficou guardado pela Polícia.

Nas fabricas de Graxa, da rua da Industria, e de Alfinetes, também em Alcantara, registaram-se vários incidentes. Na ultima, depois do almôço, não compareceram os operários.

Cerca das 14 horas, em frente da Sociedade Portuguesa de Graxa, na rua de Industria, grupos de populares, gritando, assaltaram uma camioneta, que tentaram, depois, inutilizar. A Polícia compareceu rapidamente e dispersou-os. Dentro da fábrica ficaram três guardas, de prevenção.

Os estabelecimentos situados entre Santos e Alcantara encerraram á tarde. A noite, as fabricas voltaram a fechar ás 20 horas, para evitar discussões e ajuntamentos.

A Polícia, a G. N. R., o Exército e a L. P. ficaram de prevenção.

No Barreiro

e em localidades próximas registaram-se acontecimentos de certa gravidade

Os acontecimentos no Barreiro assumiram ontem certas proporções. Os operários da Companhia União Fabril, que na véspera tinham abandonado o trabalho, ao pretenderem, de manhã, entrar nas oficinas, depararam com os portões fechados e com uma ordem em que se prohibia a sua entrada nos locais do trabalho. Em face disso, resolveram invadir as oficinas da Companhia dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, onde procuraram arrastar os operários para o movimento. Foi nessa altura que se deram tumultos, principalmente provocados pelas mulheres das oficinas da Companhia União Fabril, fabricas Herold, Rubio, Ferreira & Felpe e firma Barreiras, todas estas de industria de cortiça, além de oficinas metalurgicas, tal como Cabrita e Francisco Beja e outras empresas.

A Polícia de Segurança Pública de Lisboa e do Barreiro, e uma força dos Sapadores de Caminhos de Ferro, do comando do sr major Lobão, procuraram evitar actos violentos. A força publica, nessa altura, viu-se obrigada a usar de meios mais violentos e houve, então, algumas descargas, de que resultou terem ficado feridas três ou quatro pessoas.

Pouco a pouco, os manifestantes das outras empresas dispersavam e recolhiam-se nas suas casas, obedecendo ás ordens das autoridades.

As 12 horas ouviu-se o apito das oficinas da Companhia dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, para o almôço, e o pessoal saiu ordeiramente. As 13 voltou ao trabalho, mas não trabalhou.

Cerca das 11 horas, em Alhos Vedros, grupos de mulheres e de homens, empregados em fabricas de cortiça daquela localidade, obrigaram o maquinista de um comboio de passageiros, que vinha de Setúbal, a seguir para o Barreiro só com a locomotiva, pois mulheres e homens desligaram a máquina da composição. Os passageiros ficaram em Alhos Vedros, á espera que o seu caso fosse resolvido.

A passagem do comboio do Algarve pela Molta e Laredo, os homens e as mulheres gritavam, pois desejavam fazer ali o mesmo que em Alhos Vedros. Nesta terra, algumas mulheres tentaram cortar os fios telefónicos.

Em Amora, Arrentela e Seixal também se registaram paralisações de trabalho.

No Barreiro, além da força armada, foram montados serviços de socorros, pelos bombeiros locais. Foram feitas algumas prisões.

Em Almada

e imediações registaram-se incidentes a que as autoridades puseram termo com rapidez

Enquanto os operários de estabelecimentos fabris do concelho de Almada, como a Fábrica Molinos Reunidos do Caramujo, as oficinas de preparação de cortiça e fabrico de rólhas do Caramujo e Cova da Piedade, os estaleiros da firma Parry & Son, do G. N. R. e a Companhia de Landeões de Arrentela, num total de cinco mil pessoas abandonavam o trabalho, muitas mulheres protestavam. Grupos houve que apedrejaram estabelecimentos, partindo vidros, e assaltavam o Grémio de Comerciantes. Outros, misturavam com

operários para o movimento. Foi nessa altura que se deram tumultos, principalmente provocados pelas mulheres das oficinas da Companhia União Fabril, fábricas Herold, Rubio, Ferreira & Felipe e firma Barreiras, tôdas estas de indústria de cortiça, além de officinas metalurgicas, tais como Cabrita e Francisco Beja e outras empresas.

A Policia de Seguranca Pública de Lisboa e do Barreiro, e uma força dos Sapadores de Caminhos de Ferro, do comando do sr major Lobão, procuraram evitar actos violentos. A força pública, nessa altura, viu-se obrigada a usar de meios mais violentos e houve então, algumas descargas, de que resultou terem ficado feridas três ou quatro pessoas.

Pouco a pouco, os manifestantes das outras empresas dispersavam e recolhiam-se nas suas casas, obedecendo á ordens das autoridades.

As 12 horas ouviu-se o apito das officinas da Companhia dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, para o almoço, e o pessoal saiu ordeiramente. As 13 voltou ao trabalho, mas não trabalhou.

Cêrca das 11 horas, em Alhos Vedros grupos de mulheres e de homens, empregados em fábricas de cortiça daquela localidade, obrigaram o maquinista de um comboio de passageiros, que vinha de Setubal, a seguir para o Barreiro só com a locomotiva, pois mulheres e homens desligaram a máquina da composição. Os passageiros ficaram em Alhos Vedros, á espera que o seu caso fôsse resolvido.

A passagem do comboio do Algarve pela Moita e Lavradio, os homens e as mulheres gritavam, pois desejavam fazer ali o mesmo que em Alhos Vedros. Nesta terra, algumas mulheres tentaram cortar os fios telefónicos.

Em Amora, Arrentela e Seixal tambem se registaram paralisações de trabalho.

No Barreiro, além da força armada, foram montados serviços de socorros, pelos bombeiros locais. Foram feitas algumas prisões.

Em Almada

e imediações registaram-se incidentes a que as autoridades puseram termo com rapidez

Enquanto os operários de estabelecimentos fabris do concelho de Almada, como a Fábrica Molinhos Reunidos do Caramujo, as officinas de preparação de cortiça e fabrico de rólhas do Caramujo e Cova da Piedade, os estaleiros da firma Parry & Son, do G.njal, e a Companhia de Lanifícios de Arrentela, num total de cinco mil pessoas abandonavam o trabalho, muitas mulheres protestavam. Grupos houve que apedrajavam estabelecimentos, partindo vidros, e assaltavam o Grémio de Comerciantes. Outros, misturavam com os seus gritos de protesto palavras de incitamento a operários de construção civil a não a trabalhar, que aderissem aos seus colegas. Tentaram, ainda, que o ordeiro operariado do Arsenal do Alfeite paralizasse o trabalho, o que não conseguiram.

A Policia de Setubal, reforçada com praças da P. S. P. de Lisboa, sob o comando do sr. cap. Ma'a de Loureiro, distribuia-se pelas localidades do concelho e mantinha a ordem. Apesar de tudo, as mulheres aproveitavam todos os momentos para se manifestarem, percorrendo as ruas. Se viam outras ás janelas, incitavam-nas a que saíssem e se lhes reunissem.

As autoridades intervieram,

As manifestantes apedrejaram, então, a Policia, que teve de dispersá-las á coronhada. Dois guardas e algumas mulheres ficaram feridos.

Os mercados, fecharam, mantendo-se o de Almada aberto apenas uma hora. Tambem os estabelecimentos comerciais estiveram encerrados.

Como a P. S. P. fôsse insufficiente para manter a ordem, juntou-se-lhe um esquadrão de cavalaria da G. N. R., aquartelado em Braço de Prata, e o Destacamento Misto do Forte de Almada e a Guarda Fiscal entravam em prevenção rigorosa. Nos quartéis dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas e de Almada o pessoal de ambulancias manteve-se nos seus postos conservando-se, tambem, os respectivos comandantes nos quartéis.

Se bem que muitos dos protestantes não tivessem entrado nas fábricas outros ocuparam os seus lugares nas officinas, sem trabalharem. Por isso, as autoridades mandaram que os estabelecimentos fabris encerrassem as suas portas.

A pesar de tudo, as manifestações continuaram e, só quando desembarcou, na

Nascimento, vida e morte dos glóbulos vermelhos



6.014

Compensando a modéstia do seu tamanho pelo seu número, os glóbulos vermelhos, células minúsculas, arrastadas na vertiginosa ronda da corrente sanguínea, desempenham um dos papéis mais essenciais na economia humana.

Esses discos, de 7 milésimas de milímetro de diâmetro, dos quais o microscópio conta uns 5 milhões em cada milímetro cúbico de sangue, tem como função transportar a cada recanto do organismo o oxigénio indispensável à vida das células. Tendo-se carregado nos pulmões deste precioso gás, estes inumeráveis transportadores, depois de depositarem a sua «mercadoria» nos diversos tecidos e órgãos, são de novo rapidamente encaminhadas para os alvéolos pulmonares para aí voltarem a apodrar-se de nova dose de oxigénio e, assim, recomeçarem a sua acelerada caminhada.

Mas este ininterrupto trabalho forçado, imposto sem trégua nem repouso àqueles microscópicos elementos, sem a menor possibilidade de paragem, mesmo momentânea, implica rápido desgaste do «material». Desta sorte, os glóbulos vermelhos — considerados individualmente — têm limitadíssima vida de cerca de quarenta a cento e vinte dias.

Em cada minuto, terá a «fábrica» da medula dos ossos de produzir cerca de 140 milhões de glóbulos vermelhos

Isto significa que o organismo, cuja actividade biológica exige a presença, dia e noite, de biliões de glóbulos vermelhos activos, deve constantemente renovar o efectivo deste exército. Um adulto normal, para manter em boas condições os seus 5 litros de sangue circulante, é pois obrigado, sob pena de «asfixia», a fabricar à volta de 140 milhões de glóbulos vermelhos por minuto!

O simples enunciado destas cifras impressionantes já nos indica os prodígios de engenho e energia desenvolvidos pela Natureza para resolver este só problema: o abastecimento dos tecidos vivos em oxigénio, sem o qual as combustões orgânicas são impossíveis, sem o qual a maior parte das reacções químicas características da vida são imediatas e irrevogavelmente bloqueadas. Mas, examinando ao microscópio a estrutura íntima dos glóbulos vermelhos, verificando as diferentes substâncias químicas de que são formados, a ciência revelou-nos que cada um desses discos microscópicos contém verdadeiro mundo em miniatura. Esses glóbulos, com efeito, carregados de hemoglobina, o pigmento que lhes imprime a cor vermelha, contêm 40 a 60 por cento de proteínas diversas, de 10 a 12% de gorduras fosforadas e outras, colesterol, sais de soda, potassa, magnésio, cloro, fósforo e cobre, bem como fermentos. E, sobretudo, «agarrado» à hemoglobina, o ferro representa importante constituinte dos «veículos sanguíneos».

Como opera a Natureza para criar a multidão de glóbulos e fornecer as necessárias matérias-primas?

Como realiza pois a Natureza esta façanha não só de lançar na circulação, a cada minuto, novos glóbulos vermelhos, mas ainda a de dotar estas células vivas de tantos elementos químicos e em tão definidas proporções?

Para este efeito, o organismo constitui, por um lado, «oficinas de construção» nos tecidos da medula dos ossos, e «estaleiros de recuperação do material usado», instalados nas malhas do baço.

Na medula óssea efectua-se pois contínuo trabalho de «construção» de glóbulos vermelhos. Estes, tal como numa oficina de automóveis, são fabricados em cadeia. Os tecidos da medula dos ossos formam linhagem de células diversas, nos quais se verifica progressiva transformação. Grandes células, dotadas com um «núcleo», vão criar-se. Por transformações sucessivas, os glóbulos vermelhos típicos, carregados de hemoglobina, depois de perderem o seu «núcleo», estão então prontas para serem lançadas na circulação onde vão substituir outros glóbulos desfaçcentos, sucumbidos à sua tarefa.

Ora, para assim edificar tão importante número de células especializadas, necessita o organismo duma série de «matérias-primas». E não só estas matérias-primas devem ser-lhe fornecidas principalmente pela alimentação, mas também devem ser-lhe apresentadas sob formas assimiláveis e em proporções definidas. O encaminhamento destas substâncias químicas, tomadas do meio exterior, até aos tecidos da medula

óssea, é submetido a muitas exigências. Limitar-nos-emos a, em primeiro lugar, citar a do ferro, substância mineral indispensável aos glóbulos vermelhos.

O ferro, o cobre e o cobalto indispensáveis à formação dos glóbulos vermelhos

O organismo tira da alimentação quotidiana uma quantidade mínima desse metal. Quinze miligramas por dia são consideradas suficientes para um adulto em boa saúde. Veremos depois como a Natureza, económica deste metal precioso, recupera tão excelentemente o ferro dos glóbulos vermelhos usados que só bastam alguns miligramas de abastecimento quotidiano fornecido pela alimentação. Mas este ferro contido nos alimentos, de preferência sob a forma de sais ferrosos, só é bem reabsorvido se sofre uma série de transformações. O ácido clorídrico da secreção do estômago desempenha neste negócio papel primordial.

Mas um outro metal parece ser, em quantidades ínfimas, indispensável às «oficinas de construção» da medula óssea: é o cobre. Este desempenha um papel ou vários papéis: — parece activar certos fermentos, parece capaz de aumentar o número dos glóbulos vermelhos fabricados, parece exaltar o poder de acção do ferro. Um outro metal também, o cobalto, é ainda reconhecido como necessário para a formação dos glóbulos vermelhos. De resto, este cobalto foi recentemente identificado como existente na vitamina B12, cujo efeito anti-anémico é utilizado em terapêutica.

Outros elementos preciosos para a «construção» dos glóbulos: — proteínas, gorduras, açúcares, etc.

Além destes elementos minerais tão particulares — ferro, cobre, cobalto — a «fábrica» da medula óssea, a fim de formar todas essas células sempre renovadas, deve poder colher no organismo toda uma variedade de proteínas, gorduras e açúcares, sais hor-

Diga-se agora, como foi prometido, a sorte dos glóbulos vermelhos usados após realizarem, a louca velocidade, o repetido circuito sanguíneo. Apanhados pelas células do baço, são conduzidos à «oficina de recuperação». Uma vez aí, o seu invólucro exterior é atacado, a sua hemoglobina destruída e o seu ferro posto em «liberdade» a fim de ser encaminhado para o fígado, o plasma ou diversos tecidos, ou para ser utilizado na constituição dos pigmentos biliares.

Eis a sumária do nascimento, vida e morte de cada um desses biliões de glóbulos vermelhos essenciais a todas as actividades dos nossos tecidos, desse contínuo renascimento celular, segundo um «plano de trabalho», perfeitamente regulado, do qual depende, em definitivo a nossa saúde.



ROSSA « ENGRENAGEM » NERVOSA

« sistema nervoso », ao passo que dizemos « aparelho respiratório » ou « aparelho digestivo ». Por quê?
É que um sistema não é apenas um conjunto de órgãos concorrendo para uma dada função, como é, por exemplo, o caso dos ór-

A pele e os nervos

No embrião, a pele e os nervos não se diferenciam. Ambos são constituídos por células análogas. Porém, um pouco depois, certas dessas células especializam-se no revestimento e protecção do corpo e formam a pele. Outras aprendem a reagir às impressões exteriores: são as células nervosas.

Como tudo o que vive, o sistema nervoso necessita de alimentar-se. O combustível das células é constituído por corpúsculos microscópicos, chamados corpúsculos de Niessel.

Quando as células estão fatigadas ou deficientes, nota-se o desaparecimento destes corpúsculos.

Pela manhã, o homem que se levanta da cama encontra-se tal como locomotiva ao sair do hangar, com o tender cheio de carvão. À noite, o tender está mais de metade esvaziado: o cansaço e as emoções consumiram os corpúsculos de Niessel. Estes, durante o sono, reconstituem-se; mas cada vez menos à medida do avanço da idade. Um velho possui menos « combustível nervoso » do que um adolescente.

Maravilhoso sistema de transmissão

O sistema nervoso completo compõe-se de células nervosas independentes umas das outras, chamadas neurónios.

Cada uma destas células é formada por um corpo central (a célula propriamente dita) e duas espécies de prolongamentos. De um lado, cobre a célula uma espécie de pincel de finos tentáculos que lhe serve para comunicar com as células vizinhas: são as dendrites. O conjunto lembra um pouco uma cabeça com chapéu de penas.

Do lado oposto parte um prolongamento único, muito fino e muito comprido, chamado cilindro-eixo, servindo à célula para comunicar com outra situada muito longe, tal como um fio de telefone permite a duas pessoas comunicarem entre si a grande distância. O comprimento do cilindro-eixo pode ser considerável.

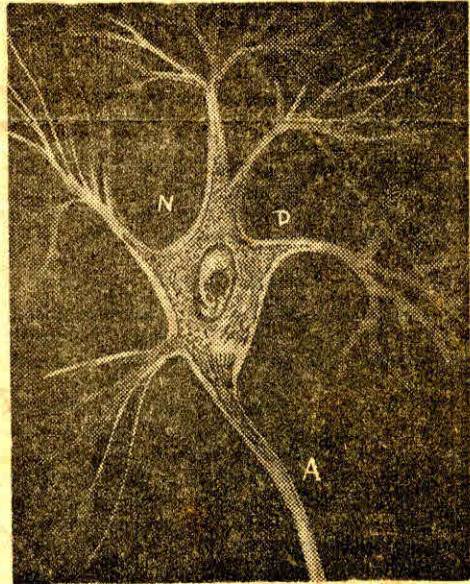
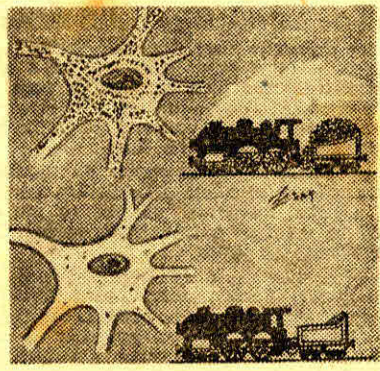


ESQUEMA DUM REFLEXO — Este homem correu risco de ser apanhado pelo automóvel. Os «centros ópticos» do cérebro (figurados por um homem que telefona) logo avisaram o centro que comanda os reflexos. Este, por sua vez, avisou a «substância cinzenta» (directão), que, a seu turno, dá ordem para executar o acto adequado (a fuga). O centro de comando dos nervos (técnico n.º 2) escolheu os músculos necessários para executar a ordem: pôr em movimento as pernas.

gãos da digestão. Num «sistema», os órgãos não são somente justapostos, mas «sistemizados», isto é, simétricos, coordenados; o comando das operações está rigorosamente hierarquizado (cérebro, cerebelo, espinal-medula, nervos).

O sistema nervoso pode comparar-se a um centro de distribuição eléctrica, ou a um estado-maior com todos os seus órgãos de comando e transmissão, ao passo que os aparelhos (digestivo, respiratório, etc.), são mais comparáveis a uma máquina locomotiva onde os órgãos são simplesmente justapostos, segundo as necessidades da função a cumprir.

Mas, «sistema» ou não, o sistema nervoso tem vida própria, oferecendo curiosas particularidades. Vejamos as principais: Não é inútil conhecê-las. Para bem guiar uma máquina e conduzi-la economicamente não se torna conveniente saber como ela funciona?



Célula nervosa amplificada milhares de vezes

A transmissão nervosa efectua-se assim de célula a célula: mas o número de células interessadas é sempre muito pequeno.

Assim, uma ordem dada pelo pensamento parte da «substância cinzenta», situada na periferia do cérebro. Uma célula transmite-a à «substância branca», situada no interior do cérebro. Bastam então algumas células para daí a transmitir à espinal-medula.

Aí, a ordem já atingiu o nervo encarregado de transmiti-la ao órgão encarregado de a executar.

Do cérebro à extremidade do pé, a ordem, para ser comunicada, não exigiu mais de 5 a 6 células nervosas.

O influxo nervoso menos rápido que o avião

Crê-se, entre o comum, que o influxo nervoso é o mais rápido do mundo. Engano. Só, com efeito, percorre 70 metros por segundo, ou sejam 250 quilómetros à hora.

Os aviões excedem hoje largamente esta velocidade. E que dizer do telégrafo e da rádio?

A velocidade do influxo nervoso é de resto individual e varia duma para outra pessoa.

Um dos fins da psicotécnica é precisamente medir esta velocidade num indivíduo dado, e medir em seguida a sua «velocidade de reacção» com o objectivo de verificar a sua capacidade para efectuar certos trabalhos, tais, por exemplo, guiar automóveis e aviões.

Uma cauda de 800 quilómetros

Ficou dito nas anteriores linhas que o cilindro-eixo podia atingir comprimento considerável... em relação às dimensões da célula.

Tome-se, como exemplo, o nervo ciático que parte da espinal-medula, ao nível dos ombros, e vai até à extremidade do pé.

Este nervo é formado por um feixe de cilindro-eixos (um pouco como um feixe de trigo) cujas células estão situadas na medula. Ora é o cilindro-eixo da mesma célula que vai da espinal-medula à extremidade do pé.

Reflitamos um pouco. A célula nervosa mede apenas alguns milésimos de milímetro de diâmetro. O seu cilindro-eixo, a sua «cauda», tem mais de 1 metro de comprimento, isto é, o comprimento da célula representa apenas meia-milionésima do comprimento da cauda.

A dimensão do cilindro-eixo é, pois, enorme. Referida ao corpo humano, tudo se passa como se fôssemos dotados duma cauda igual a 500.000 vezes o comprimento do nosso corpo, ou sejam uns 800 quilómetros!

Esta particularidade faz da célula nervosa uma das mais extraordinárias células do nosso organismo e do «sistema nervoso» um dos mais requeridos de atenções, das quais em outro número daremos referência.